

No futuro, que história das mulheres contaremos a partir do Sul?

En el futuro, ¿Qué historia de las mujeres contaremos del Sur?

Ana Cristina Figueiredo de Frias

Doutoranda em História Social da Cultura

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

anacrisfrias@gmail.com

Recebido em: 30/09/2022

Aprovado em: 21/11/2022

Resumo: Na última década (2010-2020), um ativismo digital feminista ganhou maior relevância na América Latina e ampliou o debate público de uma série de temas relacionados aos direitos das mulheres. Em campanhas como *#unvioladorensucamino* (no Chile), *#niunaamenos* (na Argentina) e *#nãoénão* (no Brasil) é possível constatar relatos de abuso, de assédio e de sexismo. Os textos são registros que mostram como a violência contra a mulher é uma realidade comum nas sociedades latino-americanas. Neste contexto, qual o significado desses feminismos que emergem com força de um sul global? E de que forma eles assinalam temas que são importantes para a escrita de uma História das Mulheres? As intelectuais Maria Lugones e Rita Segato, dentro da perspectiva decolonial, e os estudos sobre Epistemologias do Sul apresentam argumentos essenciais para essas questões e revelam a importância de uma História que registre a experiência das mulheres com toda a sua complexidade nesta região do mundo.

Palavras-chave: História das Mulheres; Feminismo; História da América.

Resumen: En la última década (2010-2020), un activismo digital feminista ha ganado mayor relevancia en América Latina y ha ampliado el debate público sobre una serie de temas relacionados con los derechos de las mujeres. En campañas como *#unvioladorensucamino* (en Chile), *#niunaamenos* (en Argentina) y *#nãoénão* (en Brasil) es posible ver publicaciones con denuncias de abuso, acoso y sexismo. Los textos son registros de cómo la violencia contra la mujer es una realidad común en las sociedades latinoamericanas. En este contexto, ¿cuál es el significado de estos feminismos que emergen con fuerza desde un sur global? ¿Y cómo señalan temas que son importantes para la escritura de una Historia de las Mujeres? Las intelectuales María Lugones y Rita Segato, dentro de la perspectiva decolonial, y las Epistemologías del Sur presentan argumentos esenciales para estos cuestionamientos y revelan la importancia de una Historia que registre la experiencia de las mujeres con toda su complejidad en esta región del mundo.

Palabras clave: Historia de las Mujeres; Feminismo; Historia de América.

O patriarcado mata as histórias e as mulheres para conservar o poder. Se você é mulher, essas coisas marcam, deixam cicatrizes em você, fazem crer que você vale menos, que não é ninguém, que não tem voz, que este não é um mundo que você se sinta segura, igual, livre (SOLNIT, 2020, p. 102).

A escrita da História é marcada por uma série de silêncios que foram questionados ao longo do tempo. Mapear os indícios e os vestígios de como essas ausências foram criadas, o motivo delas permanecerem e a forma como afetaram determinados sujeitos históricos são grandes desafios para a historiografia ainda hoje. Neste sentido, apesar de avanços importantes em pesquisas sobre a trajetória de Mulheres, muitas lacunas continuam presentes, mesmo após as contribuições dos estudos subalternos, da história social, das Epistemologias do Sul, das teorias feministas e de autorxs decoloniais e pós-coloniais. Além disso, as investigações de História das Mulheres seguem brigando por espaços e são consideradas, muitas vezes, especificidades que não dialogam com uma teoria geral ou de história geral.

A atualidade deste debate provoca questões pertinentes para o exercício historiográfico: Como ir além para trabalhar uma História das Mulheres dentro da História? Quem são os/as agentes desta História que não estão nos livros didáticos, mas que deveriam estar? O problema é que essas perguntas nos levam a inúmeras outras: como os estudos de História das Mulheres revelam mecanismos de opressão entranhados no cotidiano? Quais são as estruturas de poder que reforçam a permanência de determinados silêncios históricos? Que aspectos culturais e linguísticos legitimam diferentes formas de opressão? Por que é tão necessário problematizar categorias universais que não dão conta da experiência de mulheres africanas e latino-americanas? Por que a violência doméstica segue com índices e casos alarmantes ainda hoje? Todo esse conjunto de perguntas são indícios da complexidade que é revelar sucessivas camadas sobrepostas de tempo, de experiências e de desigualdades diante do exercício de escrever uma História das Mulheres.

Longe de propor a busca por essas respostas, o objetivo deste artigo é suscitar novas perguntas e chamar a atenção para o registro de uma história do momento presente, na qual nunca tivemos tantos testemunhos que evidenciam um sintoma comum em quase todas as sociedades latino-americanas: uma violência brutal e sistemática contra as mulheres. Porém, para analisar este contexto, é necessário compreender de que forma ideais de emancipação feminina se constituíram ao longo do tempo e como, pouco a pouco, contribuíram para a ampliação de uma consciência feminista, diante de uma experiência

social marcada pelo machismo, pela misoginia e pela desigualdade de gênero. Neste aspecto, o trabalho das intelectuais Maria Lugones e Rita Segato, dentro da perspectiva decolonial, e os estudos sobre as Epistemologias do Sul apresentam argumentos que são fundamentais de serem destacados. E a partir deste conjunto de referências, minha proposta é refletir sobre a seguinte questão: o que é uma história das mulheres, hoje?

O ponto de partida para a pergunta surgiu da leitura de um artigo de 1985, da revista *History Today*, que trouxe um ensaio em que sete historiadoras e um historiador, muito conhecidos na época, tiveram que responder: o que é história das mulheres? Uma das repostas foi a de Natalie Zemon Davis e, apesar do texto ter quase 40 anos, a historiadora assinala uma lição metodológica ainda pertinente. De acordo com Davis, se alguém está escrevendo sobre um movimento político, por exemplo, precisa perguntar se há mulheres entre os apoiadores e organizadores, se há questões femininas abordadas pelos escritores, ou se havia também leitoras dos panfletos. É o exercício de sempre tentar identificar pequenas informações nos acervos e prestar atenção aos que os homens também escreveram sobre as mulheres para transformar o que for localizado em conhecimento historiográfico. Uma história com esta abordagem nos mostra o que há de diferente na interpretação quando a análise de gênero inclui a categoria mulher. Para Davis, a história das mulheres é um caminho que permite renovar uma narrativa histórica para ambos os sexos, nos oferecendo uma nova compreensão das possibilidades que se encontram no passado¹.

Desde a publicação do artigo, novas abordagens e novas temáticas surgiram em pesquisas sobre mulheres na América Latina. Hoje, a atualização da pergunta de 1985 é importante para pensarmos uma história que forneça a dimensão de complexidade e de pluralidade de uma realidade estudada a partir de um Sul Global, para que possa promover um pouco de justiça histórica para aquelas vozes há séculos silenciadas e para que lhes conceda no futuro o registro nas documentações.

Aprender a partir do Sul

As questões apresentadas pelas epistemologias do Sul são fundamentais na análise das diversas dimensões de desigualdades e de opressões que existem na América Latina. Esta teoria formula fortes

¹ O artigo “*What’s women’s history*” foi publicado na edição de junho de 1985 da *History Today*. A revista é publicada desde 1951, direcionada para o grande público e não apenas pesquisadores. O texto traz a opinião de oito historiadores para discutir os desafios da escrita de uma história das mulheres: Olwen Hufton, James F. McMillan, Natalie Davis, Sally Humphreys, Angela V. John, Linda Gordon, Jane Rendall e Anna Davin.

críticas a construção de um conhecimento categorizado como universal, branco e masculino e aponta que o Sul Global condensa sistemas de conhecimento que foram completamente apagados pelo passado colonial. Este Sul, que não é um ponto cardinal, não foi determinado geograficamente, foi historicamente definido e reúne uma série de experiências que a biblioteca colonial categorizou como inferior, mágica e selvagem apenas com o objetivo de tentar negar sua existência.

Para o sociólogo português, Boaventura dos Santos, o Sul é o campo dos desafios epistêmicos, é o local que busca reparar os danos e os impactos historicamente provocados pelo capitalismo, pelo patriarcado e pela colonialidade. Para Boaventura, esses são os pilares de um aparato institucional que move o capitalismo global e atua como um sistema cultural e civilizacional que permeia todos os aspectos da vida humana. O sociólogo assinala também que a independência das colônias, não decretou o fim do colonialismo e nem determinou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele gerou (SANTOS; MENESES, 2010, p. 12).

Da mesma maneira, a pretensão de universalidade da ciência, com uma missão colonizadora de homogeneizar o mundo, provocou uma intervenção epistemológica à força dos povos e das culturas não ocidentais e não cristãos. E essa interferência foi tão profunda que descredibilizou qualquer prática de conhecimento que a questionasse. Assim, o colonialismo foi também uma forma de dominação epistemológica, criou uma relação extremamente desigual que levou a supressão de muitas formas de saber dos povos e das nações colonizadas, já que eles representavam resíduos de um passado que não teria futuro. E essa lógica influenciou toda a construção do pensamento ocidental e a forma como escrevemos a História por muito tempo. Uma alternativa para recuperar essa perda e reverter esse processo seria um diálogo horizontal entre diferentes saberes, o que Boaventura chamou de “ecologia dos saberes”.

Neste contexto, a permanência da colonialidade é algo que impacta as mulheres de diferentes maneiras, principalmente, as negras, as mestiças e as nativas, que carregam as feridas de um passado colonial e se encontram até hoje mais expostas a relações desiguais de poder e inúmeras situações de violência. Assim, é imprescindível a atuação da História em processos que desconstruam uma série de interpretações coloniais que permanecem vivas na dinâmica do mundo social. Nunca foi tão atual a frase de Boaventura: “aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 9). Há uma dimensão que merece ser contemplada e escrita pela História quando analisamos a experiência das mulheres latinas-americanas. A pergunta da

edição da *History Today*, em 1985, ainda é importante para a construção do conhecimento histórico e, hoje, poderia ser atualizada com um novo enfoque: o que é uma história das mulheres a partir do Sul Global, a partir de uma América Latina?

Feminismo no passado, feminismos plurais hoje

No final do século XIX, a então questão feminina já era tema do debate intelectual nas nações latino-americanas. Mesmo neste início, seria um erro considerar que as discussões em torno da luta pela igualdade entre homens e mulheres ocorreram de forma isolada. As lutas de uma região inspiraram ações de outras em locais diferentes, as ideias se conectavam e percorriam longas distâncias. Já era possível observar que a injustiça patriarcal se apresentava em diferentes culturas e em diferentes lugares (DELAP, 2022, p. 16). Mais de um século depois, nas sociedades latino-americanas, o “feminismo” virou “feminismos”, enfrentou novas problematizações e teve que lidar com uma categoria de mulher universal que não equacionou e tão pouco contemplou as reivindicações das mulheres negras, mestiças e nativas. O movimento feminista chega no século XXI com um importante protagonismo e transformado pelo ativismo digital na América Latina na última década (período de 2010-2020).

Basta uma leitura de qualquer noticiário para observamos relatos de assédio e de feminicídio que se manifestam de diferentes formas, da arena política à vida privada, alcançando todas nós. É como se não houvesse um lugar seguro, os abusos contra corpos femininos são frequentes e diários. Ao mesmo tempo que há um aumento de denúncias e de casos de violência, nunca se falou tanto sobre feminismo. Esse movimento ocorre porque o ativismo digital traz mais pessoas para uma discussão pública e potencializa uma série de assuntos sobre a questão de gênero. Neste debate, que representa uma renovação do feminismo, casos de abuso, de sexismo e protestos contra a desigualdade entre homens e mulheres se tornam pautas de repercussão nacional, que movimentam o debate político e geram mobilizações transnacionais. Para as meninas e as jovens do século XXI, as conquistas do passado garantiram uma série de direitos, mas a igualdade tão sonhada ainda não corresponde a uma experiência do cotidiano.

Nas redes sociais, *hashtags* se popularizam e basta um depoimento publicado para que outros apareçam rapidamente. Em diferentes plataformas (Twitter, Facebook e Instagram): *#womansmarch*, *#everydaysexism*, *#metoo*, relatos são compartilhados em escala global. Uma das principais mobilizações foi promovida pela atriz inglesa Laura Bates que criou o *Every Day Sexism*, em 2012, convidando outras mulheres a contarem suas experiências sobre sexismo. No Twitter, as histórias revelavam uma

normatização de comentários masculinos que geravam, no mínimo, situações de constrangimento para as mulheres. Eram exemplos que iam desde “micro violências”, até episódios mais graves de assédio e feminicídio. Para Bates, os discursos mostravam que “o combate ao sexismo não era apenas uma luta de mulheres contra os homens, mas uma batalha contra as diferentes formas de preconceito imposta por uma estrutura patriarcal” (MCCANN, 2019, p. 309).

Outro destaque do feminismo digital foi o *#metoo*. Em 2006, Tarana Burke convocou todas as mulheres para contar casos de assédio que tiveram que enfrentar no dia a dia. Milhares de pessoas atenderam ao chamado, mas também várias atrizes famosas de Hollywood aderiram à campanha para expor episódios de sexismo e violência que enfrentaram nas suas carreiras. Burke é uma mulher negra, mas raramente citada nos artigos e publicações que analisam o *#metoo*. Durante uma conferência, em 2018, Burke assinalou que ela sempre ouvia que o movimento não falava mais a respeito da realidade de mulheres hispânicas, negras e nativo-americanas. Na ocasião, ela tentou convencer essas mulheres a recuperarem a narrativa e pararem de ceder seu poder para pessoas brancas. Este exemplo mostra que a batalha não era apenas contra uma violência patriarcal, há também o combate de uma narrativa dominante dentro do próprio feminismo e que relega ao anonimato as experiências de outras mulheres (ZAKARIA, 2021, p. 176). No entanto, todas essas mobilizações digitais são importantes porque incentivaram uma valorização do discurso da mulher. O debate público em torno da questão foi ampliado, mas há um outro aspecto que chama a atenção, desta vez, o ativismo do movimento feminista não ficou restrito ao hemisfério norte. Ele se potencializa e realiza o caminho inverso da circulação de ideias, segue agora a direção do Sul para o Norte, gerando manifestações em cidades na Europa e nos Estados Unidos.

O feminismo digital latino-americano

E uma das mobilizações mais expressivas ocorreu no Chile, em 25 de novembro de 2019, a data representa o dia internacional pela eliminação da violência contra a mulher. Poucos meses depois, no dia 08 de março de 2020, o *#unvioladorensucamino* saiu das redes e lotou as ruas da capital de Santiago, reunindo quase dois milhões de pessoas. A campanha chilena foi criada pelo coletivo social de artistas chilenas Lastesis e as meninas responsáveis fizeram com que mulheres em diferentes cidades do mundo cantassem o hino “a culpa não é minha, nem de onde estava, nem do que vestia. O estupro é você”. Na canção, elas nomeavam os algozes da violência contra a mulher: os policiais, os juizes, o Estado e os presidentes. O Estado também é um violador, porque como diz a canção: “o patriarcado é um juiz,

que nos julga ao nascer e nosso castigo é uma violência que não se vê”. O protesto feminista fez com que mulheres de vários lugares como Cidade do México, Paris, Istambul, Londres e Madrid vendassem os olhos e cantassem o refrão chileno. A campanha levou as artistas de Valparaíso a aparecerem na lista da *Time* como uma das 100 personalidades mais influentes de 2020 (ANTUNES, 2020).

Um pouco antes, na Argentina, em 2015, o aumento nos índices de violência contra a mulher e o assassinato de Chiara Perez, que tinha 14 anos e estava grávida, chocou o país e levou milhares de argentinas às ruas para repudiar o crime e o movimento ganhou a hashtag *#niunaamemos*. (ONG..., 2015). Chiara foi morta a pauladas pelo namorado que tinha 16 anos. A manifestação ocupou o espaço público e repercutiu em vários países vizinhos. Cinco anos após a campanha argentina, uma reportagem do *The Guardian* assinalava que a América Latina persistia como um dos lugares mais perigosos do mundo para mulheres. (ALCOBA; MCGOWAN, 2020). Na Argentina, no primeiro semestre de 2021, os dados permaneciam assustadores, é como se ocorresse um feminicídio a cada 26 horas.

O lema *Ni una a Menos* é uma frase atribuída a poeta e ativista mexicana, Susana Chávez Castillo, assassinada por lutar contra a violência de gênero no seu país, em 2011. A frase era um protesto contra os crimes que aconteciam na cidade de Juarez e quer dizer: “Nem uma a menos, nem uma morta a mais”. O movimento que surgiu em Buenos Aires funciona como uma rede de assembleias e atua de forma autônoma contra desigualdade e violências machistas em vários lugares. Nos últimos anos, tem alcançado êxitos do ponto de vista jurídico, político e social não só na Argentina, mas em outros lugares da América Latina.

Assim como nos países vizinhos, as brasileiras também mobilizaram campanhas nas redes sociais como *#elenão* e *#nãoénão* e lidam com números alarmantes de violência que também só pioraram com a pandemia. Somente no estado de São Paulo, os atendimentos de mulheres que sofreram agressões cresceram em 44,9%, segundo relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Ministério Público do estado assinalou em uma nota que “a casa se tornou um dos lugares mais perigosos para mulheres”. Em 2021, os dados do mesmo Fórum de Segurança indicavam que, em média, uma mulher era vítima de feminicídio a cada 7 horas. (ANUÁRIO..., 2022).

Ao confrontarmos a realidade dos três países, podemos falar em cooperação e discursos que evidenciam o cenário comum de violência. Ao olharmos para o protagonismo dessas mobilizações, observamos o que a historiadora Lucy Delap (2022) definiu como recurso de uma história utilizável,

que não é aquela que julga o passado a partir de critérios do presente. É uma narrativa que pensa as diversas maneiras com que os feminismos foram utilizados de forma retórica, intelectual e material por determinados atores históricos. As campanhas digitais (*#unvioladorensucamino*, *#niunaamenos*, *#elenão*) não apresentam características distintas de levantes feministas anteriores, há um aspecto histórico sempre presente. Apenas um breve olhar em retrospectiva já nos revela temas que são presenças históricas: assédio sexual no trabalho e nas ruas, enfrentamentos à violência masculina de diferentes formas e desrespeito.

O feminismo sempre foi, entre outras coisas, um convite para pensar com seriedade sobre como e por que a sociedade é organizada e o motivo de (alguns) homens terem a voz mais alta, mais recursos e mais autoridade do que as mulheres (DELAP, 2022, p. 260).

Os sociólogos Manuel Castells e Fernando Calderón também assinalaram o assunto ao argumentar que os movimentos digitais de mulheres promoveram um questionamento profundo do poder cultural, fazendo surgir um novo sujeito histórico na região. As mulheres adquirem, assim, um papel de agência e um protagonismo que luta para mudar a ordem patriarcal e a violência sexista, redefinindo os espaços na política e no campo histórico. Ambos reconhecem a repercussão destas mobilizações de massa como um fenômeno inédito que questiona a realidade patriarcal vigente (CASTELLS; CALDERÓN, 2019, p. 260).

A cientista social Verônica Gago (2020) também apresentou um estudo sobre as recentes mobilizações de mulheres latino-americanas, na qual ela identifica estes movimentos como uma potência feminista que sintetiza o desejo de transformar tudo. Ela realiza a análise a partir da experiência que teve no coletivo *#niunaamenos*, na Argentina, e destaca que os feminismos atuais nos ajudam a repensar o que entendemos como políticas de massas e têm impulsionado um conjunto de batalhas contra um discurso conservador, de extrema-direita e de fascismo. Afirmar que a leitura destes feminismos também nos permite observar um mapa sobre a violência contemporânea.

Para Gago, os feminismos conectam a sociedade com um conjunto de lutas comunitárias, que é onde encontramos os sujeitos que não estão historicamente legitimados dentro do neoliberalismo. Os feminismos alcançam pessoas que estão nas margens, estabelecendo relações, por exemplo, com movimentos antirracistas e anti-extrativistas. Assim, percebem conflitos que emergem das periferias e como que eles impactam a vida cotidiana das mulheres, de uma comunidade ou um determinado grupo.

A potência feminista se refere a uma teoria alternativa de poder. Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos – isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer (GAGO, 2020, p. 10).

Outro ponto importante de assinalarmos e central para Gago é pensar sobre o significado destes feminismos que emergem com maior força desde o sul do mundo.² Mas esta questão nos leva exatamente a outra: como a História fará esse registro? Apesar de nos últimos anos, os feminismos estabelecerem relações com lutas comunitárias, não podemos deixar de assinalar que muitas mulheres não se veem representadas por um feminismo, categorizado como branco, neoliberal, elitista e universal. Negras, mestiças e nativas se sentiram, assim, excluídas de diversas lutas e reivindicações durante um longo período. Mesmo com o crescimento dos feminismos plurais, essa equação não foi solucionada. Deve-se questionar o que historicamente limitou um diálogo e uma representatividade feminina para que, de fato, ela alcance diferentes classes, diferentes raças e diferentes etnias. É neste contexto que a intelectual argentina, Maria Lugones, traz contribuições que merecem ser destacadas.

Lugones: feminismo decolonial latino-americano

O feminismo decolonial é uma perspectiva teórica que pretende produzir um conhecimento a partir das margens, da experiência de mulheres racializadas, lésbicas, indígenas e outras tantas que viram suas histórias serem apagadas e silenciadas. A proposta do giro decolonial é analisar a Modernidade Ocidental como um processo de conquista e colonização da América e suas implicações nos povos colonizados. A socióloga argentina Maria Lugones é um dos principais nomes do pensamento feminista decolonial na América Latina e o seu trabalho apresenta uma profunda crítica tanto a um pensamento binário, hierárquico e dicotômico da realidade, como ao pensamento feminista branco e neoliberal. Em suas pesquisas, Lugones dialoga com o conceito de “colonialidade de poder” apresentado por Aníbal Quijano³, fazendo uma intersecção entre as ideias de raça, gênero e sexualidade.

² Durante o seminário internacional *Direito, Fascismos e Bolsonarismo*, Verônica Gago abordou essas questões na palestra “Os feminismos como inimigos: Elementos de uma contraofensiva”. O evento foi promovido pelo Departamento de Filosofia da PUC-Rio, em agosto de 2021.

³ Para Aníbal Quijano, a visão eurocêntrica da Modernidade Ocidental emancipadora construiu um mito que definiu a superioridade de europeus sobre outros povos, que foram considerados bárbaros, imaturos e necessitando de ajuda para se desenvolver. Essa relação estabeleceu um padrão social que se perpetuou em diferentes aspectos e que foi categorizado por Quijano como *colonialidade do poder*. O conceito implica em como noções de exploração/dominação/conflito se mantêm em torno de uma disputa por trabalho, a natureza, o sexo, a subjetividade, a autoridade, o poder e até mesmo da produção

Uma das propostas da autora é compreender a indiferença dos homens em a relação à violência que as mulheres sofrem, em sua grande maioria, mulheres vítimas de uma colonialidade de poder, que para ela existe de forma inseparável das noções de raça e de gênero.

Lugones mostra que o termo colonialidade não se refere apenas a uma classificação racial, ele vai além, é um fenômeno mais amplo que perpassa o tecido social. Ela aponta que a teoria de Quijano assinala aspectos importantes, porém, o quadro apresentado pelo intelectual peruano acaba enfatizando a exclusão das mulheres colonizadas em diferentes áreas da vida, em vez de ressaltá-las. Para Lugones, sem dúvida, há uma exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não brancas nas lutas libertárias em nome da mulher e esse aspecto necessita ser revisto (LUGONES, 2020, p. 134).

Para ela, a modernidade construiu uma organização do mundo a partir de uma classificação homogênea, atômica e inseparável (como bem e mal ou humano e não-humano). O problema é que esse sistema excluía os povos colonizados, definindo-os dentro de uma perspectiva animalizante, de macho e fêmea, e não como homem e mulher. Assim, Lugones assinala que atribuir gênero a alguém era como determinar se aquela pessoa era ou não humana, nem todos eram considerados humanos dentro da lógica colonial. Os povos escravizados tinham seus corpos submetidos a uma violência sem precedentes, a um sistema de dominação que se perpetuou por séculos, no consciente, no inconsciente, no cotidiano, nos corpos, no imaginário social, na justiça, nas instituições, nas relações afetivas, no público, no privado, em todos os lugares, nada escapava.

O exercício historiográfico pode nos ajudar a ampliar a compreensão de discursos que foram construídos ao longo do tempo e estruturaram desigualdades. Ao enfatizar o componente de gênero com a colonialidade, Lugones mostra que olhar para essas experiências só é possível a partir da interseccionalidade, onde raça, classe e gênero não existem isoladamente, elas estão interconectadas e sempre presentes. Para a socióloga, é uma armadilha focarmos exclusivamente na noção de raça como um mecanismo de hierarquização social e geopolítica. Uma descolonização do saber não será possível se seu ponto de partida for o de categorias do Pensamento Ocidental, temos que ir além delas, incorporarmos novos modelos para repensar nossas pesquisas. Precisamos, segundo Lugones, desaprender para aprender.

de conhecimento. Para Quijano, esse sistema de dominação social teve como elemento central a ideia de raça e esse aspecto foi determinante na construção de um colonialismo que se perpetua até hoje nas relações sociais.

Rita Segato: a centralidade do gênero

Outra contribuição importante é da antropóloga Rita Segato que destaca como os mecanismos de violência patriarcal se reproduzem socialmente e são desafios para a escrita de uma história das mulheres. No livro, *La Guerra Contra las Mujeres*, ela afirma que o patriarcado “é o pilar, o cimento e a pedagogia de todo o poder, por causa da profundidade histórica que o torna fundamental e a atualização constante da sua estrutura” (SEGATO, 2016, p. 16). Com esta frase, Segato quer nos mostrar que o gênero é um elemento que dá significado as relações de poder e que a história dos homens sempre foi ouvida e escrita, já a história das mulheres tem sido cancelada, censurada e perdida desde a transição de Mundo-aldeia para a Modernidade. Desta forma, identificar o projeto histórico do patriarcado é reconhecer que a História está também implicada nesta ordem. A provocação de Segato é para mostrar o quanto que a questão de gênero é central para compreendermos o passado e as experiências do presente que são heranças de um legado colonial que se perpetuou através de diferentes formas de dominação e subordinação. A violência aparece como uma característica intrínseca a um modelo patriarcal; a violência moral, sexista, racista são práticas que permitem a este sistema se reafirmar constantemente.

Para Segato, analisar essa forma de violência implica em debater o uso do termo “feminicídio”, que muitas vezes revela a noção de um genocídio sistematizado sobre as mulheres. Segundo a intelectual, é preciso problematizar o fato de todas as mortes de mulheres estarem agrupadas dentro desta categoria e ela propõe separar os tipos de crimes contra as mulheres, diferenciar quando essa violência acontece na esfera pública e quando acontece na privada. Ao chamar a atenção para a forma como uma palavra descreve os crimes, ela assinala a importância de conceitualmente o termo ser questionado e gerar um debate mais amplo sobre o assunto. Uma única palavra, um único termo, um único conceito, dá conta de toda violência histórica contra a mulher, aquela cometida pelo Estado, por um militar, por um ditador, pelo conjugue, pelo namorado, por familiares ou por um desconhecido?

Segato argumenta que as mulheres passaram a utilizar o termo feminicídio antes mesmo dele ser incorporado no campo jurídico. As vítimas foram demandantes de uma categoria que se tornou amplamente utilizada pela população e pelos meios de comunicação. Só que para a antropóloga, o patriarcado é uma questão de Estado e o Direito tende a resguardar os homens da violência que comentem. Segundo Segato, existe um limite na visão patriarcal da Justiça que é dominante entre os juristas e, por isso, é tão necessário questionar as decisões de uma estrutura hierárquica que organiza a

sociedade. Ela enfatiza que há um dinamismo na história e há mudança nas práticas que provocam sofrimento e legitimam a dominação, essa mudança se manifesta em diferentes contextos, e a esfera jurídica precisa dar conta desta dimensão também. Segato argumenta que ao colocarmos a lupa sobre a questão de gênero, percebemos que não é só o assassinato, há uma lógica de ocupação predatória dos corpos femininos, muitas vezes, resguardada e realizada pelo Estado: “os crimes contra as mulheres estão cheios de uma parte simbólica do gênero, todos têm o esquema de gênero no seu subterrâneo” (SEGATO, 2016, p.156).

Outro ponto central no trabalho de Segato é a definição do patriarcado de baixa e alta intensidade. Para a autora, a colonização na América foi um momento de transformação que gerou um patriarcado de alta intensidade e esse novo mundo foi e ainda é letal para as mulheres. O homem se transformou em um colonizador dentro da própria casa, quando a modernidade privatizou o feminino, o doméstico. A experiência colonial colocou a violência contra a mulher como uma prática que adentra a vida privada. O debate sobre o tema é complexo e está longe de se esgotar, mas os argumentos de Segato apontam as raízes de um problema, ainda tão presente, e discuti-lo é de extrema importância. Segundo a antropóloga, o gênero não é algo que se modifica tão facilmente, que pode ser alterado por um decreto apenas, e o exercício historiográfico pode nos ajudar a compreender como essa violência é praticada pelos homens, pelo Estado, por instituições ou empresas; para que assim, talvez, seja possível desmontá-la.

De algo tenho certeza: temos que retirar do gueto o problema da mulher, pensá-la entrelaçada como cimento e pedagogia de todas as outras formas de poder e subordinação: a racial, a imperial, a colonial, o eurocentrismo com outras civilizações, as relações centro-periferia e as relações de classe (SEGATO, 2016, p. 96).

Considerações finais

Lugones e Segato são unânimes em ressaltar que a presença da colonialidade se tornou algo tão profundo que moldou as dinâmicas sociais no mundo moderno, internalizou aspectos tão sutis que se impõem de tal forma que parece não haver escapatória para a permanência desta lógica. Para as duas intelectuais, não é possível analisar a realidade latino-americana sem contemplar os efeitos de uma história colonial e como o aspecto de gênero é categoria determinante na experiência social de diferentes mulheres. Desta forma, as relações de dominação e de subordinação a que milhões foram e

são submetidas, e as estratégias de resistência que utilizavam para sobreviver, são reveladas quando retiramos esses relatos do silenciamento. Por isso, a importância da História como nos mostra Segato:

Só quando se historiciza é possível compreender o quão difícil é retirar a mulher de uma posição de vulnerabilidade crescente em que se encontra no mundo hoje, apesar do aumento das leis e das medidas para sua proteção e promoção. Pois, a trama que amarra a subordinação da mulher excede qualquer análise que coloque no gueto a estrutura patriarcal (SEGATO, 2016, p. 174).

As intelectuais argentinas revelam aspectos que marcaram o passado e ainda estão no nosso dia a dia. Para ambas, racismo e misoginia são, muitas vezes, dimensões inseparáveis de violência. Elas nos ensinam que o fazer histórico não se limita apenas a olhar o passado, ele questiona o presente e condensa as memórias como legado para o futuro, é o exercício da história que nos salvará de novas tentativas de silenciamentos e apagamentos. Refletir sobre qual narrativa histórica construímos hoje é também pensar como esses relatos serão contados no futuro. Assim, percebemos que a forma como fazemos a História é um debate epistemológico de primeira ordem, mas é também uma questão política.

Recordo uma frase da escritora norte-americana, bell hooks, do livro *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*, de 1989: “Enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder, continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”. Essa agenda permanece vital, até hoje, e se concretiza quando observamos milhões de mulheres contando suas histórias e tendo seus relatos compartilhados pelas campanhas digitais feministas. As mobilizações em rede revelam como discurso e ação se relacionam diante de uma história em curso. É necessário discutirmos como guardaremos as memórias de todos esses relatos de mulheres, que nada mais são do que fontes, porque sintetizam a experiência de ser mulher na América Latina.

Os feminismos latino-americanos representam uma força de mobilização em massa que nos permite lutar de forma mais efetiva para conquistar novos espaços e novos direitos. Sem dúvida, as campanhas feministas alavancaram inúmeras causas em prol dos direitos das mulheres, ajudaram a evidenciar uma violência comum, só que esse ambiente digital também se transformou em espaços de ódio, onde se propagam todo tipo de preconceito e mensagens antidemocráticas. Desta forma, esses territórios, que são de conquista e avanços para os feminismos, se tornaram também plataformas de ampla divulgação de *fake news*. A problematização deste assunto e a regulamentação das plataformas

que disponibilizam desinformação em larga escala são tarefas necessárias para qualquer país que preze pela democracia.

Mesmo frente ao crescimento dos feminismos plurais na região, no noticiário, há exemplos diários de situações em que nos perguntamos que patriarcado é esse que estamos lidando agora, que marca com crueldade a vida das pessoas, e surge como uma força conservadora que tenta anular espaços já conquistados, por mulheres e pelas populações negras, latinas e LGBTQIA+? Esses discursos persistem e percorrem a sociedade de forma perigosa, nos mostrando que vivemos em um mundo, no qual ainda não nos sentimos iguais, seguras ou livres.

Neste contexto, é preciso continuar questionando os limites da disciplina de História, insistir, apesar do tanto que já foi dito, que uma História das Mulheres não será mais marcada pelo que os homens decidem ou não falar de nós; que não há um único sujeito histórico por excelência. Quem sabe, no futuro, poderemos caminhar todos juntos, sem que persista qualquer silêncio, sem que seja percebida qualquer ausência. Como assinala Maria Lugones, “estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas de enxergarmos umas às outras na diferença colonial, mas também construindo o novo sujeito de uma nova geopolítica feminista de saber e amar” (LUGONES, 2019, p. 374).

Bibliografia

ALCOBA, Natalie; MCGOWAN, Charis. #NiUnaMenos five years on: Latin America as deadly as ever for women, say activists. **The Guardian**. Londres, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/globaldevelopment/2020/jun/04/niunamenos-five-years-on-latin-america-as-deadly-as-ever-for-women-say-activists>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANTUNES, Leda. Mudar a Constituição é simbólico, mas o que queremos é a queda do patriarcado!, diz coletivo chileno que criou hino feminista contra estupro. **O Globo**. Editoria Celina. Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Disponível no link: <https://oglobo.globo.com/celina/mudar-constituicao-simbolico-mas-que-queremos-a-queda-do-patriarcado-diz-coletivo-chileno-que-criou-hino-feminista-contra-estupro-24707010>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DELAP, Lucy. **Feminismos: Uma História Global**. Tradução Isa Mara Lando e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista, ou o Desejo de transformar tudo**. Tradução Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje – Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- KOA, Beck. **Feminismo Branco**. Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás. Tradução Bruna Barros. Rio de Janeiro: HaperCollins Brasil, 2021.
- LAVRIN, Asunción. **Mujeres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Coléccion Sociedad y Cultura. Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museus. Santiago do Chile, 2005.
- LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera, São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MCCANN, Hannah (ORG.). **O Livro do Feminismo**. Tradução Ana Rodrigues. Coleção - As grandes ideias de todos os tempos. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- ONG contra o feminicídio na Argentina. A cada 30 horas uma mulher é morta na Argentina vítima de violência doméstica. A Casa del Encuentro é responsável pelo único registro dos casos no país. **Carta Capital**. Editoria Mundo. São Paulo, 06 jun. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/uma-ong-contra-o-femicidio-na-argentina-9904/>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Qué tal Raza. **América Latina en Movimiento**. n. 320, 2011.
- SÁ, Maria Elisa Noronha (ORG.) **História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (ORGs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SEGATO, Rita Laura. **La Guerra Contra las Mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.
- SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas:** reflexões sobre os novos feminismos. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **De quem é esta história?** Feminismos para tempos atuais. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WHAT is Women's History? **History Today**. p. 38-48. Londres: junho, 1985.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o Feminismo Branco**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. 2021.